

Doutrina

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O NEGÓCIO JURÍDICO DIANTE DOS NOVOS DESAFIOS DA PÓS-MODERNIDADE

Fabio Fernandes Neves Benfatti

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO MECANISMO DE AFASTAMENTO DO ERRO NOS NEGÓCIOS BIOJURÍDICOS

Juliana Carvalho Pavão e Rita de Cássia Resquetti Tarifa Espolador

REFLEXOS DA LEI DO PORTE DE ARMA DE FOGO SOBRE A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

Aloísio Firmo Guimarães da Silva

COMO ENGANAR O “GRANDE IRMÃO”? A extinção de punibilidade nos crimes contra a ordem tributária a partir do prisma da hermenêutica criminológica

Bruno Gadelha Xavier e Aloísio Krohling

O TEMA 183/TNU: de quem é a responsabilidade pelo empréstimo consignado indevido em benefício previdenciário?

Julio Pinheiro Faro Homem de Siqueira

OS IMPACTOS DA PEJOTIZAÇÃO FRAUDULENTA E DO TRABALHO INTERMITENTE NA VIDA DO TRABALHADOR E NOS COFRES DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Camila Fernanda Rocha dos Santos e Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas

MERO ABORRECIMENTO OU DANO MORAL MÍNIMO? Da definição do dano imaterial

Edilton Meireles

ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS – ISENÇÃO CONCEDIDA PELO DECRETO-LEI 1.510/76 – REVOGAÇÃO PELA LEI 7.713/88 – MANUTENÇÃO DO DIREITO À ISENÇÃO, ATENDIDOS OS REQUISITOS DA NORMA ISENCIONAL, MESMO QUE A ALIENAÇÃO TENHA OCORRIDO SOB A ÉGIDE DA LEI REVOGADORA – DIREITO ADQUIRIDO DO CONTRIBUINTE

Arnoldo Wald

DIREITOS SOCIAIS, DIGNIDADE HUMANA E PROPORCIONALIDADE: notas em torno da discussão sobre o conflito entre liberdade religiosa e políticas públicas

Elisângela Padilha e João Victor Nardo Andreassa

BEM-ESTAR, DOR E SOFRIMENTO DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: estudo sob a ótica do direito ambiental

Flávia Pequeno de Vasconcelos, Maria do Socorro da Silva Menezes e Luciana Vilar de Assis

A LEI MINEIRA DE ARBITRAGEM COMO DECLARAÇÃO DE VONTADE DO PODER PÚBLICO EM INDICAR O MÉTODO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM UM CONTRATO

Giovani dos Santos Ravagnani

O ESTADO DE SUSPEIÇÃO RACIAL PERMANENTE E O SUCESSO DAS PRISÕES NEGRAS

Fernando Nascimento dos Santos

RENT-SEEKING E DESPESA PÚBLICA: até quando perdurará a invisibilidade jurídica?

Eduardo Cândia

O SISTEMA TRIBUTÁRIO E O PRIMADO DA DOMINAÇÃO

Dorival Fagundes Cotrim

MÉTODOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Clift Russo Esperandio e Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Jurisprudência

Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Ap 0003172-17.2016.9.26.0030 Avivaldi Nogueira Junior 01/11/2018

CRIME MILITAR – Concussão – Ocorrência – Policiais militares rodoviários que exigiram vantagem indevida de caminhoneiro, deixando de autuá-lo após o recebimento de dinheiro – Provas testemunhais que comprovam a conduta delituosa.

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul

ApCrim 70075875245 Mauro Evely Vieira de Borba 19/12/2018

[MAUS-TRATOS – Descaracterização – Genitora que, após ingestão de bebida alcoólica, agride a filha menor provocando lesões corporais, como meio de correção e disciplina – Escoriações superficiais no braço que, embora dignas de reprovação, não expõem à perigo a vida ou a saúde da criança – Inocorrência de abuso das punições que afasta o dolo da conduta, acarretando a absolvição.](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Recurso Inominado 0600814-16.2018.8.01.0070 Marcelo Coelho de Carvalho
14/12/2018

[DANO MORAL – Indenização – Tempo de espera em fila de banco superior ao previsto em lei municipal – Perda do tempo útil da cliente que não pode ser considerada mero dissabor, sendo apta a romper o equilíbrio psicológico do consumidor – Serviço, ademais, que não era oferecido por meio de acesso à internet ou caixa eletrônico, obrigando a cliente a procurar a agência bancária – Verba devida.](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina

ApCível 0300873-75.2017.8.24.0166 Fernando Carioni 07/12/2018

[DANO MORAL – Indenização – Ingresso de funcionário do sexo masculino nas dependências do vestiário feminino em academia sem prévio aviso – Exposição da intimidade de terceiros que viola direitos personalíssimos e causa constrangimento – Fixação do quantum que se mostra razoável e proporcional – Verba devida.](#)

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Ap 1026210-26.2014.8.26.0602 Ana Luiza Liarte 17/12/2018

[RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Dano moral – Criança que sofre graves queimaduras no corpo em razão de curto circuito no chuveiro da creche municipal – Falha no serviço diante da negligência que ocasionou lesões estéticas permanentes – Verba devida.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.646.179 Ricardo Villas Bôas Cueva 04/12/2018

[IMÓVEL RURAL – Exigência de apresentação de memorial descritivo georreferenciado para identificação dos limites da área rural objeto de ação possessória – Inadmissibilidade – Documento que é dispensável quando não enseja modificação do registro do imóvel – Demanda judicial, ademais, que apenas reconhece o direito de manutenção ou reintegração](#)

[na posse.](#)

Supremo Tribunal Federal

AgRg no Inq 4.399 Enrique Ricardo Lewandowski 07/12/2018

[COMPETÊNCIA – Falsidade ideológica eleitoral – Ausência de conexão entre o delito eleitoral e o exercício do mandato do parlamentar federal que acarreta declinação da competência constitucional – Julgamento afeto à Justiça Eleitoral.](#)

Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

ApCível 0016127-28.2016.8.19.0202 Cléber Ghelfenstein 19/12/2018

[POLUIÇÃO SONORA – Ocorrência – Agremiação recreativa que realiza eventos musicais, de forma contínua, sem a devida proteção acústica – Conduta que caracteriza dano ambiental e fere os princípios constitucionais da precaução ou prevenção – Suspensão das atividades nocivas e ressarcimento pelos prejuízos que se impõe.](#)

Tribunal de Alçada do Estado do Paraná

Processo 0009662-72.2017.8.16.0130 Celso Jair Mainardi 17/01/2019

[VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER – Contravenção penal – Vias de fato – Agressão praticada no âmbito familiar sem, contudo, produzir lesões corporais – Autoria e materialidade comprovadas pelos fortes e suficientes elementos probatórios, principalmente pela palavra da vítima – Condenação que se impõe.](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

1.0525.14.015369-9/001 Luís Carlos Balbino Gambogi 06/12/2018

[DANO MORAL – Indenização – Desaparecimento de restos mortais e perda da sepultura em cemitério – Construção de novo jazigo e enterro de pessoas desconhecidas no local – Desídia por parte do Município que provoca profunda tristeza e preocupação aos proprietários, acarretando o dever de indenizar – Verba devida.](#)

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.771.881 Nancy Andrighi 27/11/2018

[INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Exposição de recém-nascido prematuro a excessivas cargas de oxigênio sem proteção, causando-lhe cegueira irreversível – Negligência, imprudência e imperícia que demonstra erro médico – Responsabilidade solidária do hospital e da médica que se evidencia – Verbas devidas.](#)

Superior Tribunal de Justiça

CComp 158.973 Marco Aurélio Bellizze Oliveira 01/08/2018

[CONFLITO DE COMPETÊNCIA – Recuperação judicial – Empresário individual – Construção de bens da pessoa física pelo juízo em que se processa a execução – Patrimônio empresarial que se confunde com o da pessoa natural, a qual, indistintivamente, responde por suas obrigações cíveis e comerciais – Julgamento afeto à Justiça Especializada.](#)

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso

ApCível 131473 José Zuquim Nogueira 27/11/2018

[AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Improbidade administrativa – Ocorrência – Gestor público que, valendo-se do seu cargo, determina que o patrimônio e funcionários públicos fossem utilizados em serviços e obras particulares, em sua própria residência – Prova inequívoca da conduta dolosa, indevida e ilegal que lesa o erário.](#)

Tribunal Superior Eleitoral

AgRg no REsp Eleitoral 39-41.2016.6.17.0135 Rosa Maria Weber 05/12/2018

[PROPAGANDA ELEITORAL – Vinculação extemporânea – Inocorrência – Utilização de outdoor na entrega de bens em evento de cunho assistencial e na promessa de futuras doações caso eleita a candidata – Inexistência de pedido explícito de voto que afasta a configuração da conduta ilícita – Afastamento das penalidades de multa que se impõe.](#)

Supremo Tribunal Federal

ADIn 5.725 Luiz Fux 06/12/2018

[AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que institui obrigação para as concessionárias de serviços de telecomunicações de manterem escritórios regionais e representantes para atendimento presencial de consumidores – Inadmissibilidade – Competência para legislar sobre a matéria que é privativa da União – Afastamento, ademais, da competência legislativa concorrente do Estado-membro sobre consumo, tendo em vista que o usuário de serviço público se distingue do consumidor.](#)

Superior Tribunal de Justiça

CComp 161.123 Sebastião Reis Júnior 12/12/2018

[COMPETÊNCIA – Inquérito policial – Operação envolvendo compra e venda de criptomoedas – Bitcoin que não tem natureza de moeda nem valor mobiliário, não estando regulada pelo ordenamento jurídico – Câmbio virtual, ademais, que não caracteriza a negociação prevista nos delitos federais, enquadrando-se em outros ilícitos – Julgamento afeto à Justiça](#)

estadual.

Tribunal Superior do Trabalho

RO 239-47.2017.5.23.0000 Alexandre Agra Belmonte 18/12/2018

MANDADO DE SEGURANÇA – Tutela de urgência – Suspensão do plano de saúde após demissão seguida do término do auxílio acidentário – Inadmissibilidade – Doença ocupacional – Superveniência de decisão de mérito admitindo que a demissão ocorreu após o fim do auxílio acidentário, durante o período de estabilidade provisória – Perda do objeto que se impõe.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.718.535 Marco Aurélio Bellizze Oliveira 27/11/2018

INDENIZAÇÃO – Danos material e moral – Ação civil coletiva – Operadora de plano de saúde que não autoriza procedimentos e exames clínicos ou laboratoriais quando prescritos por profissionais não cooperados – Sentença genérica que se restringe, por imposição legal, à homogeneidade dos direitos coletivos, afigurando-se inviável a especificação ou comprovação dos prejuízos – Verbas devidas.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.639.320 Paulo de Tarso Vieira Sanseverino 12/12/2018

CONTRATO BANCÁRIO – Seguro de proteção financeira – Cláusula que prevê ressarcimento pelo contratante da despesa com o registro do pré-gravame – Inadmissibilidade – Cobrança que se demonstra abusiva, pois a despesa decorre de operação ínsita à atividade bancária – Consumidor, ademais, que não pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com a seguradora por ela indicada – Entendimento sujeito ao rito dos recursos repetitivos.

Supremo Tribunal Federal

ADIn 3.666 Luís Roberto Barroso 06/12/2018

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Leis distritais que instituem novos direitos, deveres e criam órgãos e cargos no âmbito da polícia civil – Inconstitucionalidade – Normas que versam sobre a estrutura e organização administrativa geral que afrontam diretamente a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.
